



479ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL

Às nove horas e quinze minutos do dia doze de abril de 2012, na sala 7 da Escola de Governo do Distrito Federal, reuniu-se a quadringentésima septuagésima nona reunião ordinária do CONEN, sob a presidência do conselheiro Mário Gil Guimarães, e presentes os conselheiros: Julio Cezar Pimentel, César Ricardo Rodrigues, Luiz Alexandre Gratão, Lídia Dourado, Daisy Rotávio, Antônio Negrão, Lívia Márcia, Aryadne Marcia, Francisco Ramalho, Maraisa Bezerra, Osmar Alves, José Martins, Jurema Paulo, Maria Analia, Edilson da Silva, Isanete de Oliveira, e ausentes: Conselheira Olga M. Pimetel, em gozo de licença à maternidade, Rosimary Soares e Maria Garrido por estarem em tratamento de Saúde, o conselheiro Luiz Geraldo Figueira por viagem a serviço, Laura Beatriz por estar em outra reunião oficial de trabalho. A seguir serão resumidas, na ordem cronológica em que foram abordadas, as discussões e deliberações. O presidente declarou aberto à plenária; O secretário executivo fez a leitura da ata da plenária anterior que foi aprovada por todos os presentes; O presidente fez a leitura da pauta da reunião e abriu para inclusões. O presidente sugeriu alteração na pauta antecipando a entrega dos certificados das Comunidades Terapêuticas que tiveram seus registros aprovados pelo parecer avaliatório para a Concessão de Registro de Entes e Agentes Antidrogas – CEAAD/DF. Conselheiro Ramalho solicitou incluir na pauta a sugestão de envio de atas previamente aos conselheiros, para leitura antes da plenária. Conselheiro Negrão pediu para incluir na pauta o assunto sobre vendas de objetos em semáforos e nas ruas por comunidades terapêuticas. Sugeriu também a criação de uma identificação funcional que prevê poder coercitivo por membro deste conselho em atividades. Conselheiro Alexandre Gratão sugeriu a inclusão do tema sobre a possibilidade de doações de bens apreendidos do tráfico de drogas, que podem ser distribuídos para as comunidades terapêuticas cadastradas no CONEN. Conselheira Dayse pediu a inclusão do tema sobre o seminário sobre drogas ocorrido nos dias 10 e 11 do Mês corrente na Universidade Católica de Brasília. Não havendo mais inclusões, o presidente convidou as comunidades terapêuticas para certificação da Concessão de Registro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal – CEAAD/DF; Certificado entregue a Sra Andréa Ribas da Comunidade Terapêutica SERVOS; Certificado entregue ao Sr. Marcelo Augusto da Comunidade Terapêutica Leão de Judá; Certificado entregue à Sra. Eunice Corrêa da Comunidade Terapêutica INTEGRAR; Concluída as entregas de certificados o presidente passou para o segundo item da pauta abrindo para discussão o processo de admissibilidade temática a serem tratados nas Câmaras Técnicas; O presidente apresentou duas propostas: o acesso primeiramente pelo colegiado ou então os conselheiros poderão levar direto para a Câmara Técnica para depois levar a plenário. Conselheiro Ramalho sugeriu também a definição de prazos padrão; Conselheira Anália sugere que os prazos sejam definidos de acordo com a complexidade do tema; Após vários debates o presidente pediu votação onde, depois de votado por todos os presentes, ficou definido que a admissibilidade dos temas serão apresentadas nas reuniões do colegiado, que discutirão sua admissibilidade, para qual Câmara Técnica será feito o encaminhamento e o prazo para conclusão dos trabalhos; Antes de dar continuidade aos trabalhos o presidente convidou para certificação do CEAAD/DF o Sr. Eudino Rodrigues representantes da Comunidade Terapêutica Projeto Vida Plena; Dando continuidade aos trabalhos, a conselheira Lídia Clímaco fez a leitura do relatório referente a vistoria para concessão do CEAAD/DF à Comunidade Terapêutica ACAT, oferecendo parecer de concessão de registro precário, ou seja, um ano, até a adequação de algumas exigências e concordância com o edital de credenciamento 01/2010 – SUBAD; Após discutido foi aprovado o



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA.
CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
DO DISTRITO FEDERAL



parecer do relator pelos conselheiros presentes; Conselheira Daisy Rotávio fez a leitura do relatório referente a visita à Comunidade Terapêutica CLINICA SER para averiguação de denúncias de maus tratos e violação de direitos humanos encaminhadas a este conselho pelo MPDFT; após leitura a conselheira ofereceu parecer inconclusivo, em face da ausência de elementos que comprove a denúncia formulada, mas sugeriu um novo retorno por este conselho para avaliação dos procedimentos daquela instituição em concordância com a RDC 29 da ANVISA; após discussão e votação, o parecer do relatório foi aprovado pelos conselheiros presentes com o retorno previsto para o próximo mês, com o grupo de trabalho formado pelos conselheiros Francisco Ramalho, Antonio Negrão, Maj. Martins, Isanete Oliveira; Conselheira Daisy pediu para participar deste grupo, o que foi aprovado por todos os presentes. Conselheiro Gratão foi indicado para averiguação da existência ou não de demais denúncias envolvendo a comunidade citada; Conselheira Livia Márcia fez a leitura do relatório referente a visita à Comunidade Terapêutica EL SHADAY para averiguação de denúncias de maus tratos e violação de direitos humanos encaminhadas a este conselho pelo MPDFT; após leitura a conselheira ofereceu parecer inconclusivo, em face da ausência de elementos que comprove a denúncia formulada; Após debatido e votado, o parecer do relator foi aprovado pelos conselheiros presentes. Dando continuidade aos trabalhos o presidente falou sobre o item 4 da pauta, justificou que o adiantado da hora não dava tempo suficiente para falar de todas as ações que foram definidas na reunião de adesão ao Plano de Enfrentamento ao Crack do Governo Federal e solicitou que o tema seja passado para a próxima reunião; Tendo sido aprovado por todos os conselheiros presentes, passou para o próximo item da pauta. Dando continuidade aos trabalhos o presidente passou a palavra para o conselheiro Antonio Negrão para explanar o tema sobre as exigências de exames laborais condicionados para acolhimento de dependentes em comunidades terapêuticas; O conselheiro expõe seu parecer como sendo uma ação constrangedora e preconceituosa; sugere que as comunidades devam acolher os residentes para tratamento e, integrados com a rede de saúde local, levar o residente para exames em geral; terminou sua explanação informando que solicitou ao Conselho Regional de Medicina um parecer com a legislação pertinente ao tema; por fim sugeriu a continuidade deste debate para a próxima plenária, que certamente terá maior fundamento legal; O presidente aprovou a sugestão do conselheiro e informou a todos os presentes que este conselho pretende emitir uma instrução sobre o assunto, que será multiplicado para todas as comunidades terapêuticas do Distrito Federal. Passando para Assuntos Gerais da pauta, o presidente fez a designação de processo para os conselheiros objetivando concessão do CEAAD/DF; informou sobre processos que se encontram na procuradoria do Distrito Federal para apreciação de temas como pagamento de jetons e numero de reuniões deste conselho em concordância com a Lei nº 4.585/2011; falou sobre a Semana Internacional contra as drogas, que será entre os dias 19 a 26 de junho e pediu a contribuição de todos os conselheiros em formular ações a serem desenvolvidas por este conselho. Diante do adiantado da hora e a pedido de alguns conselheiros, o presidente declarou que os demais temas serão discutidos na próxima plenária e, nada mais havendo a tratar, às doze horas e vinte minutos foi dada por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alexandre Rocha, redigi, lavrei e datei o presente ata que, após lida, vai assinada por mim e pelo presidente, Sr. Mário Gil Guimarães.

MÁRIO GIL GUIMARÃES
Presidente

ALEXANDRE ROCHA DE MATOS
Secretário Executivo

